



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 72/2015-UFPA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL C  
ASSISTENTE DE ALUNO

16 de agosto de 2015

Nome: \_\_\_\_\_ N.º de Inscrição: \_\_\_\_\_

BOLETIM DE QUESTÕES

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 11h30min você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 8 horas e término às 12 horas, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



**MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**E essa tal diversidade?**

1 Diversidade é a expressão da Vida Humana nas suas múltiplas, variadas e particulares  
2 manifestações. O segredo da Natureza é a Biodiversidade; o segredo da Humanidade é a  
3 Antropodiversidade. O respeito à Diversidade é a capacidade de afastar a tolice arrogante que supõe ser  
4 o único modo correto de existir e, ao mesmo tempo, indica inteligência estratégica de aprender com o  
5 diverso e, portanto, com aquilo que comporta outro olhar e alternativas de percepção e ação.

6 Sempre ficamos imaginando qual seria o lugar mais exato de onde emana o preconceito;  
7 contudo, não há fonte única para o desprezo ao diverso; as fontes são inúmeras para a intolerância,  
8 desde as bases familiares até instituições sociais como certa mídia, algumas igrejas, determinados  
9 processos pedagógicos, que carregam a caricaturização do Diferente como se ele fosse também  
10 Desigual.

11 Nos tempos atuais muitas empresas procuram trazer o acolhimento da Diversidade como um  
12 dos seus pilares de presença valorizada nas comunidades nas quais se inserem. Ações de inclusão e  
13 diversidade fazem parte da dimensão Ética da prática da empresa séria e com honestidade de  
14 propósitos.

15 No entanto, lembro amiúde, Ética não é cosmética, não deve ser mera maquiagem provisória e  
16 superficial. Por isso, o passo mais forte nessa direção precisa ser dado pelo consumidor/cliente  
17 consciente dos equívocos que podem ser cometidos em toda a cadeia produtiva ou de serviços e, ao  
18 juntar-se em movimentos organizados, rejeitar a relação de negócios com quem for biocida ou liberticida,  
19 tal como já ocorre em alguns países.

20 Afinal, a responsabilidade é coletiva e, para tanto, precisamos demolir com urgência o primado  
21 da máxima (bastante mínima) *Cada um por si e Deus por todos* pela força histórica da outra *Um por*  
22 *todos e todos por um*.

23 A vida é obra coletiva, construída no cotidiano e com sentido na História. O poeta João Cabral de  
24 Melo Neto nos alertou que “um galo sozinho não tece uma manhã”; por outro lado, além da união em  
25 torno da causa não podemos esquecer da força que as ações litigantes (e que recusam a discriminação,  
26 o preconceito ou a exclusão) podem ter na normatização jurídica de nossa convivência.

27 Em nosso país vale uma grande indagação: estamos caminhando rumo à equidade ou rumo a  
28 uma sociedade na qual as pessoas estarão cada vez mais focadas em suas próprias realidades e  
29 interesses? Podemos ter os dois cenários, e a escolha por um deles não é mera decisão individual.

30 Se quisermos evitar o esboroamento de qualquer civilidade é necessário nos juntarmos aos que  
31 também rejeitam tal possibilidade e partirmos para a ação que pode, inclusive, obrigar-nos a abrir mão  
32 de privilégios eventuais, mas que nos permitirá Futuro.

33 A preservação e o respeito à individualidade é um valor a ser protegido; o grande risco está em  
34 admitir o individualismo, ou seja, a postura egocêntrica e exclusivista, que costuma redundar em  
35 convivência predatória. Porém, há muitos homens e muitas mulheres que rejeitam tal posição e, em vez  
36 de ficarem bradando por aí: “Alguém tem de fazer alguma coisa!”, juntam-se para fazer o que pode e  
37 precisa ser feito. É possível, sim, recusar o fratricídio paulatino e aderir a princípios de compartilhamento  
38 da Vida que nos impeçam de desprezar a Fraternidade.

39 Há um passo essencial: lembrar sempre que reconhecer as Diferenças não implica exaltar as  
40 Desigualdades. Homens e mulheres são diferentes, não são desiguais. Nordestinos e sudestinos são  
41 diferentes, não são desiguais. Negros e brancos são diferentes, não são desiguais.

42 A Igualdade é um constitutivo ético, enquanto a Diferença resulta do biológico ou de uma história  
43 que também pode ser mudada para melhor.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Não se desespere**: provocações filosóficas. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

1 Ao tratar a diversidade como expressão da vida humana, o autor do texto argumenta a favor da(do)

- (A) intolerância ao diferente.
- (B) aceitação do individualismo.
- (C) esboroamento da civilidade.
- (D) exaltação da desigualdade.
- (E) aceitação da diferença.



- 2 Observa-se no texto o emprego de letras maiúsculas em várias palavras como: Vida Humana (linha 1); Natureza (linha 2); Diversidade (linha 3); Diferente (linha 9); Desigual (linha 10); Ética (linha 13); Vida (linha 38); etc. As maiúsculas foram empregadas nestas palavras para
- (A) indicar que são nomes de lugares.
  - (B) indicar o início de um pensamento novo.
  - (C) colocar em destaque as ideias abordadas.
  - (D) criar um efeito estético, melhorando a aparência do texto.
  - (E) ressaltar que se trata de nomes abstratos.
- 3 Com base nos argumentos expostos em relação à diversidade, depreende-se do texto que
- (A) para a humanidade só há um modo correto de existir.
  - (B) o segredo da humanidade é ter inteligência estratégica para evitar o diverso.
  - (C) a diversidade é constitutiva tanto da natureza quanto da vida humana.
  - (D) a diversidade é o lugar exato de onde emana o preconceito.
  - (E) a diversidade é fonte de inúmeras intolerâncias.
- 4 O emprego das palavras *certa* (linha 8), *algumas* (linha 8) e *determinados* (linha 8) leva à conclusão de que
- (A) as instituições sociais, em geral, são responsáveis pelo preconceito ao diferente.
  - (B) nem toda instituição social considera o diferente como desigual.
  - (C) as instituições sociais presentes em uma comunidade são diferentes e desiguais.
  - (D) apenas a Mídia e a Igreja são responsáveis por se tratar o diferente como desigual.
  - (E) não são apenas as instituições sociais as responsáveis pela intolerância.
- 5 De acordo com o texto, muitas empresas procuram praticar ações de acordo com a Ética. Dentre estas ações, destaca(m)-se
- (A) as ações de inclusão e acolhimento da diversidade.
  - (B) a junção da empresa a movimentos organizados.
  - (C) a rejeição de relação de negócios com clientes conscientes.
  - (D) a produção de cosméticos como maquiagem provisória e superficial.
  - (E) a valorização da presença da empresa na comunidade por meio da propaganda.
- 6 A afirmação “Ética não é cosmética” (linha 15) chama a atenção para o fato de que as ações das empresas devem ser
- (A) provisórias.
  - (B) superficiais.
  - (C) verdadeiras.
  - (D) coletivas.
  - (E) diversas.
- 7 Os neologismos *biocida* e *liberticida* (linha 18) encerram em si o sentido de
- (A) aquele que dá vida.
  - (B) aquele que liberta.
  - (C) aquele que mata.
  - (D) aquele que participa.
  - (E) aquele que rejeita.
- 8 O emprego da máxima *Um por todos e todos por um* (linhas 21 e 22) é um argumento para reforçar no texto a ideia de
- (A) individualidade.
  - (B) religiosidade.
  - (C) responsabilidade.
  - (D) coletividade.
  - (E) equidade.



- 9 A expressão *tal posição* (linha 35) retoma uma ideia anteriormente expressa no texto. A ideia em questão é
- (A) evitar o esboroamento de qualquer civilidade.
  - (B) abrir mão de privilégios eventuais.
  - (C) preservar o respeito à individualidade.
  - (D) partir para a ação que permitirá futuro.
  - (E) admitir o individualismo.
- 10 Ao defender a ideia de que *ser diferente não é ser desigual* (linhas 39 a 43), o texto ressalta que
- (A) a ideia de igualdade está ligada a valores construídos em sociedade.
  - (B) a ideia de igualdade resulta dos atributos biológicos com que nascemos.
  - (C) igualdade e diferença são ambas ideias relacionadas com o aspecto biológico.
  - (D) a diferença, da mesma forma que a igualdade, é um constitutivo ético.
  - (E) a ideia de diferença resulta da história e não pode ser mudada.

## LEGISLAÇÃO

- 11 Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/90 e suas alterações), são requisitos básicos para investidura em cargo público:
- (A) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
  - (B) A nacionalidade; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
  - (C) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
  - (D) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
  - (E) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; e aptidão física e mental.
- 12 Dentre outros deveres do servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações, encontra-se o de
- (A) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
  - (B) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
  - (C) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; observar as normas legais e regulamentares; exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
  - (D) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
  - (E) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; recusar fé a documentos públicos; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112/90 e suas alterações, além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:
- (A) Gratificações, FGTS e seguro desemprego.
  - (B) Indenizações, adicionais e FGTS.
  - (C) Indenizações, seguro desemprego e FGTS.
  - (D) Indenizações, gratificações e adicionais.
  - (E) Gratificações, adicionais e seguro desemprego.



- 14 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), é vedado, dentre outros, ao servidor público
- (A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente; atender com presteza.
  - (B) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; guardar sigilo sobre assunto da repartição; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
  - (C) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
  - (D) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; tratar com urbanidade as pessoas; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
  - (E) observar as normas legais e regulamentares; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- 15 A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e dos requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
- (A) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
  - (B) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
  - (C) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
  - (D) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais e Estaduais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal e Estadual de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais e Estaduais de Ensino.
  - (E) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal, Estadual e Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino.





- 16 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:
- (A) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
  - (B) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos de todos os órgãos e repartições federais e estaduais prestados aos cidadãos; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
  - (C) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
  - (D) Desenvolvimento permanente do servidor público federal, estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
  - (E) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 17 O Decreto nº 5.825/2006 estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091/2005, e ainda:
- (A) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
  - (B) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e de Docentes; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
  - (C) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
  - (D) cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
  - (E) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE e Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e Docente; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.



- 18 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O GESPÚBLICA deverá contemplar a formulação e implementação das medidas integradas em agenda de transformações da gestão, necessárias à promoção dos resultados preconizados no plano plurianual, à consolidação da administração pública profissional voltada ao interesse do cidadão e à aplicação de instrumentos e abordagens gerenciais, que objetivem
- (A) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
  - (B) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
  - (C) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados.
  - (D) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
  - (E) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Legislativo e Judiciário Estadual e Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
- 19 De acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12/07/2006, os órgãos da Administração Superior são:
- (A) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; as Diretorias da Escola de Aplicação e dos Hospitais Universitários.
  - (B) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; e as Diretorias dos Institutos e Núcleos.
  - (C) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
  - (D) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
  - (E) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral; e Coordenadorias de Programas de Pós-Graduação.
- 20 O Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 configura-se na primeira etapa de um processo, que permite dinamizar a gestão institucional, identificada com valores associados aos objetivos do milênio, que, a partir de sua missão e visão de futuro, pretende articular ações de pesquisa, ensino e extensão, as quais, certamente, acelerarão o ritmo de desenvolvimento social e econômico, formando cidadãos capazes de transformar a realidade social, construindo assim uma sociedade sustentável, tornando-se centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural, e na produção de conhecimento de valor para a sociedade. A construção desse Plano foi uma exigência e determinação de(do):
- (A) Resolução específica do Conselho Universitário – CONSUN/UFPA.
  - (B) Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior, dentre outros.
  - (C) Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFPA.
  - (D) Resolução específica do Conselho Superior de Administração – CONSAD/UFPA.
  - (E) Resolução conjunta do Conselho Universitário – CONSUN, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e do Conselho Superior de Administração – CONSAD.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A educação, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, Lei nº 9.394/96, tem por finalidade o(a)
- (A) pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e esportivo de todos os alunos visando a sua realização pessoal.
  - (B) pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.
  - (C) preparação do educando para a realização de seus sonhos.
  - (D) garantia de que o Estado e a família assegurem um futuro digno ao educando.
  - (E) conquista espacial para a felicidade plena do educando.
- 22 Segundo a Lei nº 9.394/96, a educação é dever
- (A) dos pais e padrinhos.
  - (B) das igrejas, dos partidos políticos, dos movimentos sociais, da sociedade.
  - (C) dos países ricos.
  - (D) das escolas de ensino fundamental e médio e das universidades.
  - (E) da família e do Estado.
- 23 De acordo com a Lei nº 9.394/96, a educação escolar compõe-se de
- (A) educação profissional e superior.
  - (B) educação indígena, quilombola e etnorracial.
  - (C) educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e da educação superior.
  - (D) educação infantil, espacial, superior, tecnológica e planetária.
  - (E) educação especial e educação de jovens e adultos.
- 24 A educação básica, nos níveis fundamental e médio, de acordo com a Lei nº 9.394/96, será organizada considerando-se
- (A) carga horária mínima anual de setecentas e vinte (720) horas em um mínimo de cento e oitenta (180) dias letivos.
  - (B) carga horária mínima anual de oitocentas (800) horas em um mínimo de duzentos (200) dias letivos.
  - (C) carga horária mínima anual de oitocentas (800) horas em um mínimo de cento e oitenta (180) dias letivos.
  - (D) carga horária mínima anual de oitocentas (800) horas em um mínimo de cem (100) dias letivos.
  - (E) carga horária mínima anual de duzentas (200) horas em um mínimo de oitocentos (800) dias letivos.
- 25 A Lei nº 9.394/96 estabelece que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em
- (A) nível médio magistério para todas as modalidades de ensino.
  - (B) nível superior somente.
  - (C) nível superior com formação específica em educação indígena.
  - (D) nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio na modalidade normal.
  - (E) nível médio, superior e de pós-graduação.
- 26 A Lei nº 9.394/96 estabelece que
- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de esportes nacionais.
  - (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, a merenda escolar, o transporte escolar, os livros didáticos, a manutenção de veículos públicos e particulares.
  - (C) os municípios devem garantir a todos os alunos o ensino médio primeiramente e depois o ensino fundamental.
  - (D) os Estados devem assegurar primeiramente o ensino médio, a educação de jovens e adultos, a educação quilombola e a educação especial.
  - (E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.





- 27 A Lei nº 9.394/96 prevê que a educação infantil será oferecida em
- (A) creches na idade de zero a três anos.
  - (B) pré-escolas na idade de quatro a cinco anos.
  - (C) creches e pré-escolas.
  - (D) pré-escolas, creches, e ensino fundamental.
  - (E) educação infantil, ensino fundamental e médio.
- 28 A Educação de Jovens e Adultos (EJA) atualmente é destinada a
- (A) jovens e adultos a partir de 12 anos.
  - (B) jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
  - (C) crianças, jovens e adultos de qualquer idade.
  - (D) crianças e jovens atrasados nos estudos.
  - (E) jovens, adultos e idosos analfabetos.
- 29 De acordo com a Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se
- (A) criança a pessoa até doze (12) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze (12) e dezesseis (16) anos de idade.
  - (B) criança a pessoa até doze (12) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze (12) e dezoito (18) anos de idade.
  - (C) criança a pessoa até dez (10) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre dez (10) e dezoito (18) anos de idade.
  - (D) criança a pessoa até dez (10) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre dez (10) e dezesseis (16) anos de idade.
  - (E) criança a pessoa até treze (13) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre treze (13) e vinte e um (21) anos de idade.
- 30 Segundo a Lei nº 8.069/1990, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária é dever
- (A) da escola, do time de futebol de coração, da comunidade, do pai, dos vizinhos, do prefeito, dos vereadores e do bispo.
  - (B) da igreja, da escola, da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Ministério Público e da Justiça Eleitoral.
  - (C) do papa, dos bispos, dos prefeitos e governadores, da escola e dos pais.
  - (D) das igrejas cristãs, dos movimentos sociais, das comunidades ortodoxas e das entidades esportivas locais.
  - (E) da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.
- 31 A Lei nº 8.069/1990 estabelece que
- (A) a criança poderá brincar em qualquer lugar que desejar.
  - (B) a criança poderá viajar desacompanhada de seus pais ou responsável, para qualquer lugar do país.
  - (C) nenhuma criança poderá viajar desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.
  - (D) nenhuma criança poderá viajar para qualquer parte do país acompanhada de seus pais ou responsáveis.
  - (E) toda criança ou adolescente, nascido no território nacional, poderá sair do país desacompanhado de seus pais ou responsável, sem prévia e expressa autorização judicial.
- 32 O órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme a Lei nº 8.069/1990, é o(a)
- (A) Conselho Tutelar.
  - (B) Associação de Moradores do bairro onde moram os pais.
  - (C) Conselho Municipal de Assistência Social.
  - (D) Ministério Público junto com as escolas.
  - (E) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.



- 33 Raimundinho, adolescente de 13 anos, foi visto pelo vizinho furtando-lhe seu rádio, fugindo com o aparelho. Dois dias depois, o vizinho acionou a polícia, que procurou Raimundinho e o prendeu, já sem o rádio. Nesse caso, a polícia
- (A) agiu certo, porque malandro merece cadeia.
  - (B) não agiu certo, porque o dono do rádio já tinha brigado com ele muitas vezes.
  - (C) agiu certo, porque o adolescente causou prejuízos à sociedade.
  - (D) não agiu certo, porque nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
  - (E) não agiu certo, porque Raimundinho pode fazer o que quiser por ser menor de idade.
- 34 O art. 243 da Lei nº 8.069/1990, alterado pela lei nº 13.106, de 17/03/2015, diz que vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica implica
- (A) ao fornecedor pena de detenção de um (1) a três (3) anos e multa.
  - (B) ao fornecedor pena de detenção de dois (2) a quatro (4) anos e multa.
  - (C) ao fornecedor pena de detenção de dois (2) a três (3) anos e multa.
  - (D) advertência verbal ao infrator e ao consumidor.
  - (E) internamento da criança e do adolescente.
- 35 Santana é deficiente da perna esquerda, o que não a impede de viver dignamente. É muito respeitada e admirada no trabalho de secretária na empresa “Novo Sol”, que cumpre um dos princípios da política da pessoa com deficiência, a saber:
- (A) Respeito por ser mãe de cinco filhos.
  - (B) Admiração por ser muito simpática, comunicativa e reservada.
  - (C) Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.
  - (D) Compreensão por ser uma pessoa deficiente e que necessita de ajuda.
  - (E) Valorização da deficiência profissional.
- 36 Pedro nasceu com deficiências em uma das pernas e no braço direito, o que não o impede de ser um ótimo recepcionista em uma empresa. Todas as semanas dirige-se ao hospital público local onde faz fisioterapia, porque uma das diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência é
- (A) obter prioridade no tratamento de deficiências.
  - (B) culpar o governo pelas suas deficiências.
  - (C) conformar-se com a vida que Deus lhe deu.
  - (D) garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.
  - (E) forçar as pessoas deficientes a se tratarem.
- 37 O Decreto nº 3.298/1999 garante que os deficientes tenham acesso gratuito ao transporte rodoviário, em lugar devidamente reservado para este fim, porque
- (A) os deficientes sofrem demais.
  - (B) a sociedade reconhece que eles merecem.
  - (C) os políticos se interessam por eles ao fazerem essas leis.
  - (D) somos todos iguais perante a lei.
  - (E) o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade é um dos objetivos da Lei da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- 38 A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em
- (A) 1955.
  - (B) 1948.
  - (C) 1888.
  - (D) 2014.
  - (E) 1999.



- 39 A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por(pelos)
- (A) todos os povos da América Latina.
  - (B) países em desenvolvimento.
  - (C) todos os povos indígenas e quilombolas.
  - (D) todos os povos e todas as nações.
  - (E) países desenvolvidos do mundo inteiro.
- 40 Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a pessoa
- (A) tem a liberdade de mudar de religião ou crença, de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.
  - (B) tem que ficar em uma só religião ou crença.
  - (C) deve ser protegida pela lei, mesmo descumprindo as leis vigentes.
  - (D) pode ser autônoma quanto aos seus direitos e deveres.
  - (E) é obrigada a pertencer a um partido e ser votada para qualquer cargo político.
- 41 Não é afirmativa da Declaração Universal dos Direitos Humanos:
- (A) Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.
  - (B) Toda pessoa tem direito a repouso e a lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.
  - (C) Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
  - (D) Toda pessoa tem direitos e deveres, sendo que os primeiros serão sempre maiores.
  - (E) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
- 42 Um grande comunicador de TV, Chacrinha, afirmava que “Quem não se comunica se estrumbica”. Com isto, ele quis dizer que
- (A) quem fala muito sempre leva a melhor.
  - (B) quem fala pouco sempre sai ganhando.
  - (C) quem não se comunica leva desvantagem.
  - (D) quanto mais se fala, mais chances de ser incompreendido.
  - (E) que a comunicação não é importante na vida da pessoa.
- 43 Quanto ao ato de falar bem em público, é correto afirmar:
- (A) Deve-se treinar bastante antes, pois quanto mais a pessoa fala, mais destreza adquire.
  - (B) Improvisar dá mais coragem de falar.
  - (C) O treinamento antecipado não influencia a fala correta.
  - (D) Os grandes oradores não precisam treinar antes.
  - (E) Todos têm muita facilidade em falar em público.
- 44 Deve-se julgar os outros
- (A) pela aparência exterior.
  - (B) pela aparência exterior, pela maneira de falar e de vestir.
  - (C) pelos bens materiais.
  - (D) pelas suas ações e obras.
  - (E) pelos seus pais e familiares.
- 45 Manoelita foi selecionada para vendedora numa loja de roupas. Já desde o primeiro dia procurou fazer amizade com todos e ajudar em tudo o que podia, mesmo não sendo seu serviço. Tornou-se logo a vendedora mais atuante e aceita da loja. A alternativa que traduz a postura de Manoelita em seu ambiente de trabalho é
- (A) Cada trabalhador deve apenas fazer o que lhe é mandado.
  - (B) O trabalhador moderno tem que ter múltiplas habilidades e disponibilidades.
  - (C) Um bom trabalhador cumpre à risca o que o patrão determina.
  - (D) O trabalhador moderno deve ser competente, individualista e comunicativo.
  - (E) Trabalhar unidos e em equipe não é importante no mercado de trabalho atual.



- 46 Ao chegar o visitante ao colégio em busca de informações sobre a realização da Semana do Meio Ambiente, promovida pelo colégio, agiu corretamente o (a) porteiro (a)
- (A) João, que atenciosamente saudou o visitante, comentou com ele a vitória de seu time no jogo ocorrido na noite anterior, perguntou-lhe sobre o motivo de sua visita e encaminhou-o educadamente até o Diretor para lhe fornecer as informações de que necessitava.
  - (B) Mônica, que saudou o visitante enquanto lixava suas unhas e conversava com um professor, perguntou ao visitante o que ele queria e encaminhou-o até o Diretor para lhe fornecer as informações de que necessitava.
  - (C) Paulo, que atenciosamente saudou o visitante, ouviu atentamente sua fala e imediatamente o encaminhou até o Diretor para lhe fornecer as informações de que necessitava.
  - (D) Sônia, que lhe informou que nada sabia sobre o evento e que o Diretor não poderia lhe dar as informações porque estava muito ocupado, e não o deixou entrar.
  - (E) Santos, que lhe perguntou o que desejava e o dispensou, dizendo que no colégio não tinha nenhum evento destes programado.
- 47 Sandra é uma mãe que vive em estado de tensão, de excitação, de irritabilidade, de pressa, etc. Ao chegar à escola onde fora chamada para saber do andamento nos estudos de sua filha de 13 anos, dirigiu-se à secretaria para obter as informações. Quem a atendeu corretamente foi
- (A) a secretária Joana, que, depois de ouvir Sandra e vendo-a muito nervosa e irritada, serviu-lhe cafezinho e água, pediu que se acalmasse e que não se abalasse com o comportamento de sua filha porque quase todos os adolescentes passam por momentos turbulentos e depois encaminhou-a à professora de sua filha, Alessandra, que estava na sala de aula.
  - (B) a professora Alessandra, que, ao ver Sandra irritada e descontrolada, acusando a todos de não entenderem sua filha, também respondeu-lhe no mesmo tom, mandou-a acalmar-se e expulsou-a da sala aos gritos dizendo que procurasse a diretora.
  - (C) a diretora, que recebeu a descontrolada mãe no corredor da escola e, acusando-a de nunca vir à escola, encaminhou-a à coordenadora pedagógica.
  - (D) uma servente que, ao encontrar-se com Sandra no momento em que esta se dirigia à sala da coordenadora pedagógica, disse-lhe que lugar de mãe barbaqueira não é na escola e pediu que se acalmasse.
  - (E) a coordenadora, que, já em sua sala com Sandra e ouvindo-a acusar a escola de ser uma bagunça e de que todos tinham “marcação” com sua filha, tentou acalmá-la, sem êxito, e, após ouvi-la, sugeriu-lhe a transferência da filha para outra escola.
- 48 Primeiros Socorros são os cuidados imediatos prestados a uma pessoa cujo estado físico coloca em perigo a sua vida ou a sua saúde, com o fim de manter as suas funções vitais e evitar o agravamento de suas condições, até que receba assistência médica especializada e devem ser feitos por (pelos)
- (A) qualquer pessoa que estiver no local.
  - (B) pais da vítima.
  - (C) enfermeiro, médico ou socorrista devidamente qualificados.
  - (D) mototáxi ou taxista.
  - (E) motorista de ambulância.
- 49 Em caso de acidente em local movimentado, é recomendável, primeiramente,
- (A) chamar imediatamente um profissional da saúde.
  - (B) chamar os bombeiros.
  - (C) colocar a vítima num veículo e removê-la para um hospital.
  - (D) manter a calma, isolar o local e afastar os curiosos da vítima.
  - (E) chamar a polícia para fazer a perícia.
- 50 A vítima de acidente tem o direito de
- (A) não aceitar o atendimento dos primeiros socorros.
  - (B) ser atendida por qualquer pessoa.
  - (C) exigir a presença imediata de um médico especializado.
  - (D) ser socorrida com o máximo de cuidado, o mais rápido possível, mesmo que por pessoa não qualificada.
  - (E) ignorar os primeiros socorros.